

Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A.
Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado.....	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da
Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**Shape the future
with confidence**

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



**Shape the future
with confidence**

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC 2SP-034519/O



Adilvo França Junior
Contador CRC 1BA-021419/O

EÓLICA MAR E TERRA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2024	2023
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	10.277	467
Contas a receber de clientes	4	3.143	1.652
Estoques	5	2.616	2.202
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		386	837
Outros tributos a recuperar		11	-
Outros ativos		1.885	645
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		18.318	5.803
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Cauções e depósitos vinculados	6	65.744	52.530
Tributos diferidos		1.277	358
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		319	-
Imobilizado, líquido	7	65.973	63.868
Intangível, líquido		765	822
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		134.078	117.578
TOTAL DO ATIVO		152.396	123.381
	Notas	2024	2023
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores		2.822	605
Empréstimos e financiamentos	8	3.717	4.235
Contas a pagar partes relacionadas		27	353
Conta de ressarcimento		6.826	334
Passivo de arrendamento		-	128
Imposto de renda e contribuição social a pagar		495	490
Outros tributos a pagar		199	98
Dividendos a pagar		1.047	174
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		15.133	6.417
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Empréstimos e financiamentos	8	37.048	40.357
Conta de ressarcimento		436	2.982
Passivo de arrendamento		-	2.120
Provisão para desmobilização		1.214	1.070
Dividendos a pagar		-	483
Outras obrigações		51	51
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		38.749	47.063
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social subscrito e integralizado		52.389	43.503
Reserva de lucros		46.125	26.398
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	98.514	69.901
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		152.396	123.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

EÓLICA MAR E TERRA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	10	17.771	18.738
Custo de produção e operação de energia	11	(10.736)	(9.120)
LUCRO BRUTO		7.035	9.618
Gerais e administrativas		270	(207)
Outras (despesas) receitas operacionais		275	302
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		545	95
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		7.580	9.713
Receitas financeiras		8.320	4.807
Despesas financeiras		(2.588)	(3.286)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	12	5.732	1.521
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		13.312	11.234
Imposto de renda e contribuição social corrente		6.823	(2.203)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(18)	104
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	13	6.805	(2.099)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		20.117	9.135

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA MAR E TERRA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	20.117	9.135
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	20.117	9.135

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA MAR E TERRA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
			Reserva Legal	Reserva de Investimentos	Reserva de Incentivos Fiscais		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		32.808	1.072	14.371	1.994	-	50.245
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	9.135	9.135
Aumento de capital social		10.695	-	-	-	-	10.695
Constituição de Reserva legal		-	457	-	-	(457)	-
Constituição de Reserva de investimentos		-	-	8.504	-	(8.504)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(174)	(174)
		-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9	43.503	1.529	22.875	1.994	-	69.901
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	20.117	20.117
Aumento de capital social		8.886	-	-	-	-	8.886
Constituição de Reserva legal		-	1.006	-	-	(1.006)	-
Constituição de Reserva de investimentos		-	-	19.123	-	(19.123)	-
Constituição de Reserva de incentivos fiscais		-	-	-	(402)	402	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(390)	(390)
		-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	9	52.389	2.535	41.998	1.592	-	98.514

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

EÓLICA MAR E TERRA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2024	2023
<u>Atividades operacionais:</u>			
Lucro Líquido do exercício		20.117	9.135
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</u>			
Depreciação e amortização	11	3.740	4.221
Atualização monetária de ressarcimento	12	(103)	231
Juros sobre passivo de arrendamento	12	201	223
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	12	(4.769)	(4.588)
Encargos financeiros de dívidas	12	2.254	2.464
Tributos e contribuições sociais diferidos		18	(104)
		21.458	11.582
Variação de ativos e passivos operacionais		5.555	(719)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(2.556)	(2.556)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (Juros)		(1.673)	(1.860)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		(201)	(223)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		22.583	6.224
<u>Atividades de investimentos:</u>			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(8.666)	(6.365)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(8.666)	(6.365)
<u>Atividades de financiamentos:</u>			
(Aplicações) Resgates de garantias de financiamento	6	(8.445)	(8.260)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)		(3.908)	(3.629)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)		(500)	(31)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)		(141)	(141)
Aumento de capital	9	8.886	10.695
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(4.108)	(1.366)
<u>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</u>			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		9.809	(1.507)
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		10.276	467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 2008, com sede em Areia Branca – Rio Grande do Norte, Fazenda Mar e Terra Papaiz S/N, Zona Rural, constituída com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Eólica Mar e Terra.

A Companhia é controlada diretamente pela MS Participações Societárias S.A. e indiretamente pela Auren Participações S.A. (anteriormente denominada AES Brasil Energia S.A.).

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ("ANEEL") a seguinte autorização e registro de geração, conforme Leilão de Energia de Reserva ("LER") e portaria do Ministério de Minas e Energia ("MME"):

Parque Gerador	Contrato	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Quantidade de Aerogeradores	Capacidade Instalada MW	Garantia física MWh
Mar e Terra	2º LER/2009	867/2010	26/10/2010	25/10/2045	35 anos	11	23,1	8,4

Comercialização de energia elétrica

A comercialização de energia elétrica da Companhia, é como segue:

Parque Gerador	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Mar e Terra	2º LER/2009	CCEE	70.080	351,12	jul/12	jun/32	IPCA	Julho

1.1 Combinação de Negócios com a Auren Energia S.A

Em 15 de maio de 2024, a antiga controladora indireta AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") comunicou ao mercado a celebração, após aprovação pelo seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças ("Transação") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultou na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias das duas Companhias.

A Transação foi concluída em 31 de outubro de 2024, após o cumprimento de todas as condições precedentes.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 28 de abril de 2025, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS--Continuação

2.1 Declaração de conformidade--Continuação

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade Operacional

Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Apesar do risco de *constrained-off* mencionado na nota 14.2 (c.2), a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos contábeis ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes elencado(s) abaixo e, quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Continuação

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma	Alteração
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação.

3 CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem o caixa, os depósitos bancários, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva

	Controladora	
	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa		
Numerário disponível	1.641	39
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	8.636	428
Subtotal	10.277	467
Total	10.277	467

Em 31 de dezembro de 2024, os Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e Quotas de fundo de investimento possuem liquidez diária e com rentabilidade média de 95,82% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

4 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD").

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

A abertura do contas a receber em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Controladora	
	2024	2023
Leilões de Energia Eólica	3.143	1.652
Total	3.143	1.652

5 ESTOQUES

	2024	2023
Almoxarifado	2.616	2.202
Total	2.616	2.202

O almoxarifado é composto por materiais de reposição (peças sobressalentes). Os estoques são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável, e são avaliados com base no "custo médio ponderado".

6 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	2024	2023
<u>Não Circulante</u>		
Garantias de financiamento (i)	64.636	51.422
Cauções e depósitos vinculados relativos a processos judiciais	1.108	1.108
Total	65.744	52.530

- (i) Refere-se às Contas Reservas da Dívida, que se destinam aos pagamentos de principal, juros e obrigações dos contratos de dívidas da Companhia.

6 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS--Continuação

A movimentação dos caucões e depósitos vinculados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2022	39.682
Adições	21.336
Atualização monetária	4.588
Baixas e resgates	(13.076)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	52.530
Adições	22.182
Atualização monetária	4.769
Baixas e resgates	(13.737)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	65.744

7 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador (ANEEL) na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pelo Órgão Regulador (ANEEL), que na avaliação da administração, representa a vida útil econômica dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo dos complexos Eólicos. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

7 IMOBILIZADO--Continuação

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Taxas médias anuais de depreciação (%)	2024			2023
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,16%	14.493	(6.991)	7.502	7.959
Máquinas e equipamentos	4,02%	80.212	(42.017)	38.195	41.261
Móveis e utensílios e outros	6,25%	75	(53)	22	27
Imobilizado em serviço		94.780	(49.061)	45.719	49.247
Imobilizado em curso (i)		20.254	-	20.254	12.707
Bens vinculados às concessão e autorizações		115.034	(49.061)	65.973	61.954
Direito de uso de terreno arrendado		-	-	-	1.914
Total Imobilizado		115.034	(49.061)	65.973	63.868

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto por material em depósito, máquinas e equipamentos e veículos em fase de imobilização. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Adições	Remensuração (ii)	Transferências (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Edificações, obras civis e benfeitorias	14.493	-	-	-	14.493
Máquinas e equipamentos	80.212	-	-	-	80.212
Móveis e utensílios e outros	75	-	-	-	75
Imobilizado em serviço	94.780	-	-	-	94.780
Imobilizado em curso	12.707	8.665	-	(1.118)	20.254
Bens vinculados às concessão e autorizações	107.487	8.665	-	(1.118)	115.034
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	2.880	-	(2.880)	-	-
Subtotal	110.367	8.665	(2.880)	(1.118)	115.034
Depreciação / Amortização arrendamento	(46.499)	(3.685)	1.123	-	(49.061)
Total Imobilizado	63.868	4.980	(1.757)	(1.118)	65.973

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Transferências	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	14.493	-	-	-	14.493
Máquinas e equipamentos	85.976	-	(6.995)	1.231	80.212
Móveis e utensílios e outros	75	-	-	-	75
Imobilizado em serviço	100.544	-	(6.995)	1.231	94.780
Imobilizado em curso	3.670	6.365	-	2.672	12.707
Bens vinculados às concessão e autorizações	104.214	6.365	(6.995)	3.903	107.487
Direito de uso de terreno arrendado	3.238	-	(358)	-	2.880
Subtotal	107.452	6.365	(7.353)	3.903	110.367
Depreciação / Amortização arrendamento	(44.229)	(4.163)	1.357	536	(46.499)
Total Imobilizado	63.223	2.202	(5.996)	4.439	63.868

- (i) Refere-se às reclassificações do estoque para imobilizado.
- (ii) A Companhia objetivando alinhamento com as premissas do grupo Auren, procedeu a revisão do reconhecimento contábil dos contratos de arrendamento, concluindo pela remensuração da estimativa contábil daqueles que possuem contraprestação variável. Sendo assim, para os contratos com cláusulas de pagamento que exijam contraprestação variável de acordo com o faturamento, deverão ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

8 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Empréstimos e financiamentos	Vencimento	2024								
		Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
		Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custo de transação	Total	
BNB	2033	2.553	122	(431)	2.244	33.900	676	(3.199)	31.377	33.621
BNDES	2029	1.596	25	(148)	1.473	6.250	-	(579)	5.671	7.144
Total da dívida		4.149	147	(579)	3.717	40.150	676	(3.778)	37.048	40.765

Empréstimos e financiamentos	Vencimento	2023								
		Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
		Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custo de transação	Total		
BNB	2033	2.295	849	(374)	2.770	36.454	(3.150)	33.304	36.074	
BNDES	2029	1.582	32	(148)	1.465	7.780	(727)	7.053	8.518	
Total da dívida		3.877	881	(522)	4.235	44.234	(3.877)	40.357	44.592	

8.1 Movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Empréstimos e Financiamentos
Saldos em 31 de dezembro de 2022	47.648
Encargos financeiros	1.809
Variação monetária	102
Pagamento de principal	(3.629)
Pagamento de encargos financeiros	(1.860)
Diferimento dos custos de transação	(31)
Amortização dos custos de transação	553
Saldos em 31 de dezembro de 2023	44.592
Encargos financeiros	1.642
Variação monetária	71
Pagamento de principal	(3.908)
Pagamento de encargos financeiros	(1.673)
Diferimento dos custos de transação	(500)
Amortização dos custos de transação	541
Saldos em 31 de dezembro de 2024	40.765

8.2 Características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Eólica	Descrição	Valor ingresso	Data da emissão	Taxa contratual	Pagamento de juros	Sistema de amortização do principal	Montante	Vencimento	Finalidade
Mar e Terra	BNB	50.000	27/05/2013	2,50% (pré)	Semestral	Semestral	33.621	Maio/2033	Construção do Parque Eólico
Mar e Terra	BNDES	23.700	16/07/2013	TJLP + 1,88%	Mensal	Mensal	7.144	Novembro/2029	Construção do Parque Eólico

8.3 Parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante

	Empréstimos e Financiamentos	Encargos	Custos de transação	Total
2026	4.371	37	(579)	3.829
2027	4.582	38	(579)	4.041
2028	4.834	38	(579)	4.293
2029	5.750	47	(567)	5.230
Após 2030	20.613	516	(1.474)	19.655
Total	40.150	676	(3.778)	37.048

8 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS--Continuação

8.4 Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia, seus credores, utilizam-se dos *covenants* financeiros, descritos nos contratos empréstimos e financiamentos.

Objetivo	Covenant
Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social. - BNDES e BNB	ICSD: $\geq 1,3x$

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

9 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

9.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$52.389 (R\$43.503 em 31 de dezembro de 2023), composto por 61.402.614 (55.454.778 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Aumento de capital

Em 01 de maio de 2024, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$941. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei Nº 6.404, art. 174.

Em 16 de dezembro de 2024, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$5.985. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei Nº 6.404, art. 174.

Em 31 de dezembro de 2024 foi realizada a assembleia geral extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$1.960. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei Nº 6.404, art. 174.

9.2 Reserva de lucros

Reserva legal

A Companhia constitui reserva de lucros por meio da destinação de 5% do lucro do exercício para reserva legal, sendo o total da reserva limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei. A reserva legal poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2024, de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia constituiu uma reserva legal de R\$1.006.

Reserva de investimentos

Para atender à projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Essa retenção deverá ser justificada com o orçamento de capital, a ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu uma reserva de investimentos no montante de R\$19.213.

9 PATRIMÔNIO LÍQUIDO--Continuação

9.3 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia distribuiu R\$390 a título de dividendos mínimos obrigatórios.

10 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia de Reserva (LER)

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

A tabela a seguir apresenta a receita operacional líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	2024	2023
Contratos bilaterais	22.162	22.694
Ressarcimento de energia	(3.596)	(3.223)
Mercado de curto prazo	43	2
Receita operacional bruta	18.609	19.473
(-) PIS e COFINS	(838)	(723)
(-) ICMS	-	(12)
Receita operacional líquida	17.771	18.738

11 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	2024	2023
Custo da produção de energia elétrica		
Contratos bilaterais	(2.317)	-
Mercado de curto prazo	(8)	(3)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(1.615)	(1.385)
Taxa de fiscalização ANEEL	(104)	(94)
Subtotal	(4.044)	(1.482)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(2.100)	(2.256)
Material	(101)	(998)
Depreciação e amortização	(3.740)	(4.221)
Seguros	(530)	-
Arrendamentos e aluguéis	(221)	(120)
Contribuições setoriais	-	(20)
Outros custos operacionais	-	(23)
Subtotal	(6.692)	(7.638)
Total	(10.736)	(9.120)

12 RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	273	187
Rendimentos de cauções e depósitos vinculados	4.769	4.588
Variações monetárias	2.877	29
Outras receitas financeiras	401	3
Subtotal	8.320	4.807
Despesas financeiras		
Encargos financeiros de dívidas	(2.254)	(2.464)
Atualização provisão desmobilização	(144)	(300)
Atualização ressarcimento	103	(231)
Juros sobre arrendamento	(201)	(223)
Tarifas e encargos bancários	(88)	(50)
Outras despesas financeiras	(4)	(18)
Subtotal	(2.588)	(3.286)
Total Líquido	5.732	1.521

13 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

13 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL--Continuação

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2024	2023	2024	2023
Receita operacional tributável	22.852	23.214	22.852	23.214
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
Aliquota lucro presumido crédito de carbono	32%	32%	32%	32%
Receita presumida	1.828	1.857	2.742	2.786
Outras receitas	4.400	4.269	4.400	4.269
Base de cálculo	6.228	6.126	7.142	7.055
Alíquota efetiva	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(934)	(919)	(643)	(635)
Adicional 10%	(599)	(589)	-	-
Ajustes exercícios anteriores (subvenção de incentivos fiscais)	6.513	(44)	2.489	(16)
Outros ajustes	(5)	-	2	-
IRPJ e CSLL corrente	4.975	(1.552)	1.848	(651)
IRPJ e CSLL diferido	(11)	68	(7)	36
IRPJ e CSLL no resultado	4.964	(1.484)	1.841	(615)
Alquota efetiva	-79,70%	24,23%	-25,78%	8,71%

14 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	2024		2023		Categoria	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Numerário disponível	3	1.641	1.641	39	39	Custo amortizado
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromis	3	8.636	8.636	428	428	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	4	3.143	3.143	1.652	1.652	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	6	65.744	65.744	52.530	52.530	Custo amortizado
Total		79.164	79.164	54.649	54.649	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores		2.822	2.822	605	605	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	8	40.765	40.765	44.592	44.592	Custo amortizado
Contas a pagar partes relacionadas		27	27	353	353	Custo amortizado
Conta de ressarcimento		7.262	7.262	3.316	3.316	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		-	-	2.248	2.248	Custo amortizado
Dividendos a pagar		1.047	1.047	657	657	Custo amortizado
Total		51.923	51.923	51.771	51.771	

14.1 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

14 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

14.1 Gerenciamento de riscos--Continuação

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e cauções e depósitos vinculados.

Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	10.277	467
Contas a receber de clientes	3.143	1.652
Cauções e depósitos vinculados	65.744	52.530
Total	79.164	54.649

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia controla suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia controla também monitorando constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

14 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

14.1 Gerenciamento de riscos--Continuação

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

(b.2) Risco de gerenciamento de capital--Continuação

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	2024	2023
Empréstimos e financiamentos	40.765	44.592
Caixa e equivalentes de caixa	(10.277)	(467)
Garantias de financiamento	(64.636)	(51.422)
Dívida líquida	(34.148)	(7.297)
Patrimônio líquido	98.514	69.901
Dívida líquida / Patrimônio líquido	-34,66%	-10,44%

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia monitora sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 8.4.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica "Empréstimos, Financiamentos" estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2024	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Fornecedores	2.822	-	-	-	-	2.822	605
Empréstimos e financiamentos	548	5.123	11.542	18.450	16.271	51.934	57.151
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	-	-	2.362
Dividendos a pagar	-	1.047	-	-	-	1.047	657
Total	3.370	6.170	11.542	18.450	16.271	55.803	60.775

(b.4) Riscos de taxas de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do IPCA e TJLP, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelo CDI.

14 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

14.1 Gerenciamento de riscos--Continuação

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

(b.4) Riscos de taxas de juros--Continuação

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é:

	2024	2023
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	8.636	428
Conta de ressarcimento	(7.262)	(3.316)
Empréstimos e financiamentos	(44.446)	(48.992)
Total	(43.072)	(51.880)

Os montantes de empréstimos e financiamentos apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao IPCA e TJLP e juros pré-fixados e não contemplam os saldos de custos a amortizar. Adicionalmente, o caixa não está sendo considerado como saldo de exposição, visto que não há risco de oscilação devido às mudanças nas taxas de juro de mercado.

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores TJLP e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% dos empréstimos e financiamentos e ressarcimento.

Aplicações Financeiras	Risco	31/12/2024	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,95%	10,43%	13,90%	17,38%	20,85%
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	CDI	8.636	600	901	1.200	1.501	1.801
Impacto no resultado			600	901	1.200	1.501	1.801
Total da exposição líquida			600	901	1.200	1.501	1.801

Ressarcimento	Risco	31/12/2024	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,50%	3,75%	5,00%	6,25%	7,50%
Ressarcimento - passivo	IPCA	(7.262)	(182)	(272)	(363)	(454)	(545)
Impacto no resultado			(182)	(272)	(363)	(454)	(545)
Total da exposição líquida			(182)	(272)	(363)	(454)	(545)

Empréstimos e financiamentos	Risco	31/12/2024	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
TJLP			4,38%	6,56%	8,75%	10,94%	13,13%
BNDES	TJLP	(9.394)	(596)	(804)	(1.014)	(1.224)	(1.433)
Impacto no resultado			(596)	(804)	(1.014)	(1.224)	(1.433)
Total da exposição líquida			(596)	(804)	(1.014)	(1.224)	(1.433)

A Companhia possui empréstimos e financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento ("BNDES") e com Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), a dívida junto ao BNB possui taxa prefixada dessa forma, sem exposição ao risco de mercado, conforme nota explicativa nº 8.

14 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

14.1 Gerenciamento de riscos--Continuação

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

(b.4) Riscos de taxas de juros--Continuação

O montante relacionado a Dívida apresentado na tabela acima não contempla os saldos de custo de transação.

(b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures) com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2024.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao grupo econômico da Auren, incluindo as sociedades por ela controladas direta ou indiretamente, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do grupo Auren no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, que consolida o compromisso das empresas do Grupo com o desenvolvimento sustentável e determina as diretrizes a serem incorporadas na gestão cotidiana dos negócios da Auren, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

***Constrained-off* de usinas eólicas**

O *constrained-off* é a redução da geração de energia de uma ou mais usinas, determinada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), por motivos alheios à gestão do empreendedor, tais como indisponibilidades nas linhas de transmissão, limites da capacidade de escoamento da rede ou excesso de geração frente a demanda de energia do sistema.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período “provisório” do *constrained-off* eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos até setembro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período “provisório” do *constrained-off*.

14 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

14.1 Gerenciamento de riscos--Continuação

(c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas--Continuação

***Constrained-off* de usinas eólicas--Continuação**

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período definitivo (outubro de 2021 em diante).

No que se refere ao período definitivo, para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021, os ressarcimentos por *constrained-off* serão devidos, para os montantes contratados tanto no mercado regulado (ACR) quanto no mercado livre (ACL), após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente pelo ONS com base em uma média móvel dos últimos cinco anos das indisponibilidades médias apuradas para as funções de transmissão de tensões 230 kV e 500 kV. Atualmente, a franquia para usinas eólicas é de 83 horas anuais.

Ao fim de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica) e a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR) ingressaram com ação judicial para discutir os efeitos da Resolução Normativa ANEEL (REN ANEEL) nº 1.030/2022, que limita a compensação integral por eventos de restrição de operação por *constrained-off* e prevê possibilidade de compensação apenas para os cortes de geração classificados pelo ONS como razão de indisponibilidade externa, ou seja, motivados por indisponibilidades em instalações de transmissão ou da distribuição.

Assim, os cortes classificados como de razão de atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica, em situações de redução de geração devido ao atingimento de limite de linhas de transmissão, e os cortes classificados como de razão energética, em situações em que há impossibilidade de alocação de geração na carga não são passíveis de compensação, de acordo com a regulamentação vigente.

No curso do processo, em dezembro de 2024, acolhendo o pedido das Associações, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu a liminar a favor das associações e determinou que o regulamento deverá, necessariamente, prever mecanismos de compensação de encargo para cobertura dos custos de operação e, mais especificamente, por restrição de transmissão. Ainda, foi determinado que no próximo Relatório do Processamento da Contabilização da Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica, a ser divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e nos subsequentes, promova a compensação integral aos geradores associados às agravantes.

No entanto, em janeiro de 2025, após diversos desdobramentos no processo, a ANEEL requereu ao Superior Tribunal de Justiça a suspensão da referida liminar, o que foi concedido. A suspensão preconiza que não seria o caso de deferimento liminar do pedido das Associações e que eventuais prejuízos devem ser apurados no curso da ação, podendo ser equalizados nos contratos celebrados com a União por meio de reequilíbrio econômico-financeiro.

Diante de tal contexto, é esperado que a CCEE divulgue em breve um calendário para reprocessamento dos ressarcimentos referentes ao período definitivo, com a apuração do ressarcimento devido aos geradores eólicos e solares por *constrained-off* para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021.

14 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

14.1 Gerenciamento de riscos--Continuação

(c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas--Continuação

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, o caderno de regras da CCEE “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”, o qual foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passou a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros passaram a ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome das associações ABEEÓLICA e ABSOLAR, contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica.

Fruto da discussão jurídica, a ABEEÓLICA e ABSOLAR conjuntamente, representando a Companhia e outras associadas, impetraram requerimento administrativo com pedido de medida cautelar com vistas ao afastamento da exigência de lastro e de penalidades por insuficiência de lastro de energia de reserva de fontes eólica e solar, determinadas pela resolução em questão. Entretanto, a ANEEL votou “por não conhecer, devido sua intempestividade e por protocolado em face de norma geral e abstrata” através do Despacho nº 661/2022, o qual as requerentes questionaram através de um pedido de reconsideração, igualmente indeferido.

Em dezembro de 2022, em decorrência do processo de apuração de lastro, a CCEE enviou aos agentes, incluindo a Companhia, Termos de Notificação de Sanção por Lastro de Energia. Foram recebidas Notificações para 3 usinas UFV Guaimbê I, EOL da Prata e EOL Ventos do Nordeste, totalizando R\$177 referente ao ano de 2021. Mais adiante, com a aquisição pela Companhia de novos ativos, a Companhia foi notificada de suas penalidades em parte das usinas, sendo elas as eólicas Ventos De Santa Joana VI, Ventos De Santa Joana VIII, Ventos De Santa Joana XIV, Ventos De Santo Onofre I, Ventos De Santo Onofre III, Ventos De Santa Brígida I, Ventos De Santa Brígida II, Ventos De Santa Brígida III, Ventos De Santa Brígida IV, Ventos De Santa Brígida V, Ventos De Santa Brígida VI e Ventos De Santa Brígida VII, totalizando R\$650 para o mesmo período.

Considerando os documentos recebidos, a Companhia contestou as cobranças oficialmente através de solicitação à CCEE de recebimento da referida contestação, atribuindo a ela o efeito suspensivo que lhe é próprio. Assim, em janeiro de 2023, o Conselho de Administração da CCEE, após avaliar os fundamentos e razões de impugnação deliberou, em primeiro momento, pelo sobrestamento da análise da contestação do Termo de Notificação.

Em janeiro de 2023, a ABEEólica e a ABSOLAR, em continuidade ao trabalho jurídico de parecer, em conjunto com seus associados, protocolaram ação judicial para afastamento da indevida penalidade de lastro de energia de reserva. Em fevereiro de 2023, foi deferida a tutela de urgência requerida nos autos da Ação, onde a decisão é por suspender a exigência de lastro de energia de reserva, bem como qualquer contabilização, imputação, notificação (inclusive os Termos de Notificação relativos aos anos de 2021 e seguintes que tenham por fundamento essa a REN 909/2020), exigibilidade e/ou liquidação de penalidade por insuficiência de lastro para energia de reserva de fonte eólica e solar.

O processo segue em tramitação e sem novas atualizações desde o deferimento da liminar.